



DISSENSÃO E RUPTURA: a crise da democracia liberal e a escalada da extrema direita no século XXI

Danilo José Dalio¹

Resumo

A ascensão da extrema no mundo desafia as concepções e práticas da democracia liberal. Distintas interpretações desse fenômeno multifacetado tendem a reconhecê-lo em sua externalidade e seu contraponto às formas políticas dominantes. Aventamos, ao contrário, a hipótese de que se trata de manifestações endógenas aos sistemas políticos democráticos vigentes, expressão histórica da convergência entre a crise do modelo elitista-pluralista de democracia e o amadurecimento do conservadorismo neoliberal, um desdobramento da Nova Direita ajustado às imposições do capitalismo monopolista. A emergência das massas populares nas ruas expõem demandas democráticas legítimas, mas que, ao serem capturadas por forças da extrema direita, convertem-se em preocupantes ameaças a direitos adquiridos e às conquistas de minorias sociais.

Palavras-chave: Democracia liberal; nova direita; conservadorismo neoliberal; extrema direita.

DISAGREEMENT AND RUPTURE: the crisis of liberal democracy and the rise of the extreme right in the 21st century

Abstract

The rise of extremism around the world is challenging the conceptions and practices of liberal democracy. Different interpretations of this multifaceted phenomenon tend to recognize it in its externality and its counterpoint to the dominant political forms. On the contrary, we propose the hypothesis that these are endogenous manifestations of the current democratic political systems, a historical expression of the convergence between the crisis of the elitist-pluralist model of democracy and the maturing of neoliberal conservatism, an offshoot of the New Right adjusted to the impositions of monopoly capitalism. The emergence of the popular masses on the streets exposes legitimate democratic demands, but which, when captured by forces of the extreme right, become worrying threats to acquired rights and the achievements of social minorities.

Keywords: Democracy; new right; neoliberal conservatism; extreme Right

Artigo recebido em: 30/10/2024 Aprovado em: 30/03/2025

DOI: <https://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v29n1.2025.5>

¹ Bacharelado em Ciências Sociais. Doutorado em História Econômica (USP). Mestrado em Ciência Política (UNICAMP). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. E-mail: danilodalio495@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

À medida que o ataque ao social derrota a compreensão democrática de sociedade zelada por um povo caracterizado pela diversidade e habilitado a governar a si de forma igualitária e compartilhada, a política se torna um campo de posicionamento extremo e intransigente, e a liberdade se torna um direito de apropriação, ruptura e até mesmo destruição do social – seu inimigo declarado (Brown, 2019, p. 39).

Nos últimos tempos, governos, partidos políticos e movimentos sociais de extrema direita têm conquistado a cena política mundial. Suas reiteradas menções em noticiários de mídias diversas e a enxurrada de publicações que abarrotam catálogos de editoras e plataformas de periódicos especializados, sem falar de sua vulgarização cotidiana, assinalam a preocupação com o desafio que esse famigerado fenômeno impõe aos sistemas políticos em todo o mundo, sobretudo às democracias vigentes (Rancière, 2014). De fato, tal inquietação se alardeia ainda mais porque sua emergência não se restringe às regiões e aos países de capitalismo periférico cujo histórico de governos autoritários não se permitiria surpreender. Também democracias tidas como consolidadas, referências na promoção de instituições independentes e garantias individuais, veem-se frequentemente ameaçadas por posturas políticas e mobilizações sociais de manifesta rejeição às formas correntes de mediação institucional e aos direitos adquiridos (Castells, 2018). Como bem nos alertou Mounk (2019, p. 26), “[...] o que o separa do tipo de democracia à qual estamos acostumados não é a falta de democracia; é a falta de respeito pelas instituições independentes e pelos direitos individuais”.

Tal é a abrangência e as distintas variações contemporâneas desse fenômeno que, por *extrema direita*, tem-se identificado uma pluralidade de movimentos sociais, partidos políticos e governos, de diferentes matizes ideológicos e práticas políticas. Contudo, a afirmação recorrente de um contraste taxativo entre formas autoritárias da ação política e práticas ordinárias da política sob o arranjo liberal-representativo não nos parece uma explicação adequada à complexidade dessas manifestações. Nem a consideração de que se trata de uma tendência política desencadeada por eventos circunstanciais ditados por causas conjunturais (Tormey, 2019) nem a indicação de que sua emergência se deve ao prosseguimento ainda que reformulado do fascismo no mundo pós-guerra, “[...] uma forma autoritária de democracia [...]” (Finchelstein, 2019, p. 131), são suficientes à apreensão da especificidade da escalada recente da extrema-direita.

Exploramos, no texto que se segue, a hipótese de que tanto a amplitude quanto a heterogeneidade de experiências políticas recentes de ultradireita são expressões da confluência histórica entre o esgotamento do modelo elitista-pluralista da democracia liberal e a culminância de um longo processo de fortalecimento da Nova Direita¹ (doravante, conservadorismo neoliberal) ajustado à atual fase do capitalismo mundial, o denominado neoliberalismo. Ambos, caracterizam um mesmo e único processo histórico, em um nível tal de concatenação que não convém pensá-los separadamente.

Dedicamo-nos aqui a uma interpretação que articula os fundamentos teórico-políticos às condições histórico-sociais a partir dos quais as extremas direitas têm emergido no mundo.

Em outras palavras, a crise recente da democracia liberal-representativa, intensificada após o esgotamento do *Welfare State* e a fragilização dos direitos sociais por meio dele alcançados, – declínio este já diagnosticado nos anos 1970 pelo movimento conservador neoliberal e, nas décadas seguintes, por ele também instigado –, tem oferecido no início do século XXI as condições ideológico-sociais e político-institucionais adequadas à emergência política da extrema direita no mundo. Enquanto expressão das contradições do arranjo democrático-liberal sob o neoliberalismo, “[...] presenciamos a ascensão da *democracia iliberal*, ou democracia sem direitos, e do *liberalismo antidemocrático*, ou direitos sem democracia” (Mounk, 2019, p. 30).

A análise que se segue está dividida em três tópicos. De início, exploramos os contornos mais gerais da crise atual da democracia liberal, apontando alguns de seus traços específicos, os quais provêm as condições ao seu aparelhamento pelo projeto político da Nova Direita, radicalizando-os em um cenário de liberalismo antidemocrático / democracia iliberal. Em seguida, assinalamos as origens e o desenvolvimento do neoconservadorismo contextualizados pela reformulação neoliberal da dinâmica capitalista global. Destacamos, finalmente, os eixos centrais de atuação teórico-política do conservadorismo neoliberal, convenientemente instrumentalizados pela extrema direita global ao articulá-los aos elementos característicos da crise sistêmica da democracia contemporânea.

2 CRISE DA DEMOCRACIA E EMERGÊNCIA DAS MASSAS

A segunda década do século XXI inaugurou uma fase em sua história marcada por eventos de grande significação. A aprovação por referendo do Brexit² em junho de 2016 na Grã-Bretanha, a eleição nesse mesmo ano de Donald Trump nos Estados Unidos, a projeção pública de figuras políticas como Marine Le Pen na França, Viktor Orbán na Hungria, Giorgia Meloni na Itália, Jair Bolsonaro no Brasil e Javier Milei na Argentina, dentre outros países europeus e latino-americanos, despertaram a atenção e o temor sobre os rumos da democracia no Ocidente.

A significativa presença das massas populares nas ruas em apoio à ascensão de líderes e forças políticas da extrema-direita no decorrer das primeiras décadas deste século soou como estampido ensurdecedor aos representantes políticos e literários do *status quo* liberal nas democracias ocidentais. A desconfiança em relação aos partidos políticos tradicionais e ao sistema representativo eleitoral, a aposta messiânica em lideranças políticas carismáticas, a ascensão de governos declaradamente iliberais, a manifestação pública de desafeto às instituições democráticas convencionais, esses e outros traços sugerem no mínimo um cenário de disputa em duas frentes: uma,

que contrasta explicitamente com o viés um tanto laudatório da visão cosmopolita, qual seja, a busca de reafirmação de valores e interesses de escopo nacionais em contraposição ao transnacionalismo globalizante³; a outra, mais sutil porém não menos efetiva, refere-se a certa repulsa à possibilidade de reiteração de um Estado-nação que se pauta por princípios e procedimentos lastreados em um padrão democrático-elitista.

A sugestão cosmopolita de criação de espaços deliberativos transnacionais em uma sociedade civil global em formação, necessários ao encaminhamento de soluções a problemas compartilhados internacionalmente, não parece indicar uma solução factível ao desafio colocado pelas limitações das formas de representação política convencionais. Tampouco a insistência na reprodução de padrões tradicionais de comportamento dos Estados-nação, mesmo considerando e absorvendo a irrupção de nacionalismos locais e regionais em flagrante contestação a sua autoridade, o faz.⁴

Tais concepções convencionais, ainda predominantes na política atual, apoiam-se, apesar de seus marcantes contrastes, em um mesmo modelo de democracia, a que Crawford Macpherson (1978, p. 81-95) tão bem qualificou de “modelo de equilíbrio elitista e pluralista”, inspirado em uma analogia com o mercado empresarial. Trata-se de uma concepção que veio a prevalecer no mundo ocidental a partir de meados do século XX, com a repercussão do livro “Capitalismo, Socialismo e Democracia”, de Joseph Schumpeter. Esse modelo pressupõe uma sociedade plural, isto é, uma sociedade de indivíduos, impelidos individualmente em muitas direções segundo seus diversos interesses, ora associando-se a um grupo ora a outro, a qual se deve conformar um sistema político democrático. Seu elitismo repousa na atribuição da principal função no processo político a grupos autoescolhidos de dirigentes. É um modelo de equilíbrio porque “apresenta o processo democrático como um sistema que mantém certo equilíbrio entre a procura e a oferta de bens políticos”. Em síntese, enquanto consumidores e apropriadores, os indivíduos demandam dos governos bens políticos diversos e variados e que, por isso, a adoção de um sistema empresarial como a que opera no modelo padrão de uma economia de mercado concorrencial é o único meio de satisfazê-los, distribuindo-nos proporcionalmente conforme as inúmeras demandas. É, portanto, a expressão teórico-política da sociedade de mercado e do homem burguês.

Ao compartilharem de um mesmo arcabouço epistêmico, *globalistas* e *estatalistas* menosprezam, por suas concepções elitistas de democracia, o poder combativo de um *demos* contido, porém presente.

Essa escalada das massas populares, fenômeno observado em diferentes países, ainda que associado a – e principalmente mas não exclusivamente mobilizado por – forças de extrema direita, deve ser avaliado antes enquanto movimentações difusas e heteróclitas que vêm reunindo diferentes, e por vezes contrárias, correntes de pensamento e que acolhe posturas e reivindicações as

mais diversas, abarcando forças políticas e sociais à direita e à esquerda⁵ do espectro político. Apesar de discursos e certas práticas políticas suscitarem questões preocupantes a respeito da garantia de direitos democráticos e da demonização das minorias, essa emergência das massas também mobiliza questões democráticas legítimas que milhares de pessoas postulam. Contesta-se a maneira pela qual as elites políticas se tornaram cada vez mais isoladas da vida e das preocupações das pessoas comuns. Reivindicações de *autorização* e *accountability* transbordaram as fronteiras intelectuais e acadêmicas (Miguel, 2014). Questiona-se também a erosão da capacidade do Estado-nação, visto como único constructo capaz de organizar nossas vidas políticas e sociais. Debate-se a capacidade de absorção, pelas sociedades, dos fluxos migratórios e a grande mudança étnica sem precedentes na história da civilização moderna. Interroga-se sobre os impactos de acordos econômicos regionais e globais sobre a desigualdade crescente nas sociedades e a priorização pelo Estado do emprego, da renda e do bem-estar social daqueles que sempre contribuíram com o sistema nacional. Interpela-se, em síntese, a possibilidade de reprodução do *status quo* liberal e elitista, bem como a viabilidade das sociedades que os arranjos cosmopolitas anunciam. Enfim, apesar de determinadas demandas descambarem para o racismo e a xenofobia, fortalecendo e difundindo valores socialmente reacionários, também expressam ansiedades públicas legítimas, presentes em diferentes áreas, que precisam ser consideradas e repensadas.

A emergência do fenômeno nacional-populista, tal como o interpretou Eatwell e Goodwind (2020), gira em torno de quatro mudanças sócio-históricas⁶ profundamente enraizadas nas sociedades ocidentais, que precisam ser analisadas em conjunto e em suas articulações. A primeira mudança refere-se à natureza elitista da democracia liberal, causadora da *desconfiança* que cidadãos alimentam sobre os políticos e as instituições democráticas. Apesar da maior inclusão, em anos recentes, de grupos historicamente marginalizados, nas legislaturas nacionais, muitos sistemas políticos se tornaram menos representativos de grupos tradicionais nas sociedades. A segunda mudança histórica diz respeito à forma como a imigração e transformações étnicas potencializam os medos sobre a possível *destruição* das comunidades, da identidade histórica nacional e dos modos estabelecidos de vida. Repousa na crença de que organizações transnacionais, finanças globais e políticos culturalmente liberais estão erodindo a nação ao encorajar a imigração em massa e de que as agendas “politicamente corretas” visam silenciar a oposição. Já a terceira mudança questiona o modo como a economia globalizada neoliberal tem causado uma sensação de *privação* relativa, como efeito da crescente desigualdade de renda e riqueza no Ocidente e da regressão das expectativas quanto a um futuro melhor. Mesmo dentre aqueles que desfrutam de empregos e rendas médias ou acima das médias, a sensação de privação relativa expressa-se na crença de que estão perdendo em relação aos outros. E, por último, a quarta mudança remete ao que os autores chamaram de *desalinhamento*, uma

fragilização dos vínculos entre os partidos dominantes e os cidadãos. Diferentemente da era clássica da democracia liberal, marcada por uma política relativamente estável, partidos convencionais fortes e eleitorado leal, vivencia-se um desalinhamento que torna os sistemas políticos muito mais voláteis, fragmentários e imprevisíveis. Conforme sintetizaram os autores:

Juntos, os “quatro Ds” abriram considerável espaço para os nacional-populistas, ou o que chamamos de “reservatório de potencial”: grande número de pessoas que já não se identificam com os políticos estabelecidos e que sentem que não têm voz na política, que a imigração crescente e a rápida mudança étnica ameaçam seu grupo nacional, sua cultura e seu modo de vida, e que o sistema econômico neoliberal as está deixando para trás em relação a outros na sociedade (Eatwell; Goodwin, 2020, p. 22).

Essa instabilidade, fragmentação e imprevisibilidade dos sistemas políticos democráticos em crise consubstanciam-se em acentuadas divisões políticas no interior dos Estados nacionais, divisões estas que pautam os rumos de inúmeros debates sobre temas políticos controversos.

Um modo adequado de apreensão da intensidade das divisões políticas internas precisa levar em consideração dois aspectos: a) a distribuição de preferências acerca de alguma dimensão política geral (liberal-conservadora nos EUA ou entre esquerda e direita na Europa e na América Latina) e acerca de temas específicos, tal como a imigração; e b) a disposição das pessoas com preferências particulares de cometerem ou não ações hostis contra integrantes de outros grupos. Indivíduos com o mesmo perfil ideológico podem ter posições e disposições diferentes a respeito de quem discordam. Essas distribuições, sejam em suas dimensões gerais ou específicas, têm sido comumente caracterizadas em termos de polarização, quando as preferências individuais dividem as pessoas em grupos internamente homogêneos e distantes uns dos outros (Przeworski, 2020, p.141).⁷

O fenômeno da polarização política, esse distanciamento ideológico entre simpatizantes de diferentes correntes políticas, tem se acentuado desde meados dos anos de 1990. Essa constatação é mais clara quando considerados sistemas políticos bipartidários, tal como o dos EUA, e menos evidente em sistemas políticos multipartidários, predominantes na Europa e na América Latina, uma vez que nesses países, os indivíduos se alinham a partidos que ocupam posições variadas no espectro esquerda-direita.

Um estudo sobre a cena política de dezoito países europeus, de Lucia Medina (2015), constatou significativa variação na distribuição de posições individuais na dimensão geral esquerda-direita. Entre 2002 e 2008 a posição média deslocou-se para a esquerda em seis países, para a direita em outros seis, e nos seis países restantes manteve-se estatisticamente inalterada. No que se refere à polarização, a expressividade política do centro reduziu-se em sete países (Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Eslovênia, Finlândia, Polônia e República Tcheca), aumentou em três e permaneceu a mesma em oito. Uma pesquisa de mesmo teor, realizada por Mert Moral e Roben Best (2018), revelou

que a polarização política e social aumentou na Austrália, na Dinamarca, nos Estados Unidos e na Suécia, mas regrediu na Alemanha e na Holanda. Essas análises revelam que não há uma tendência geral à polarização, embora em alguns países os cidadãos tenham se afastado do centro político, onde há uma predisposição para a tolerância, a moderação e a conciliação.

Em relação à hostilidade enquanto postura reativa, as eleições norte-americanas em 2016 podem ser consideradas um *turning point*. Um levantamento realizado no transcurso do processo eleitoral revelou que 86% dos democratas e 91% dos republicanos alimentavam opiniões desfavoráveis sobre o partido adversário, enquanto 41% dos democratas e 45% dos republicanos viam o outro como “uma ameaça ao país” (Acherbach; Clement, 2016). Desde esse período, episódios de discriminação e abuso cotidianos têm se intensificado, agravando as hostilidades. Se em 2012, 33% dos democratas e 43% dos republicanos consideravam-se furiosos, “a maior parte do tempo” ou “quase sempre”, com o candidato do partido adversário, em 2016 a percentagem de eleitores democratas enfurecidos com Donald Trump subiu para 73% e de republicanos hostis a Hillary Clinton elevou-se para 66%. O volume de dados sistemáticos a respeito de crimes de ódio também disparou depois das eleições de 2016. Nas nove maiores áreas metropolitanas dos EUA, a incidência de crimes desse tipo cresceu 23,3% entre 2015 e 2016, totalizando 13037 (NBC, 2017). Entre 9 de novembro e 12 de dezembro de 2016, registraram-se mais de mil ocorrências informadas pelas vítimas desses crimes, dentre elas 315 contra imigrantes, 221 contra negros, 112 contra muçulmanos e 109 contra LGBT. Contra o candidato eleito Donald Trump foram anotados 26 casos (SPLC, 2016).

Durante esse mesmo período 2015-2016, a Grã-Bretanha vivenciou um aumento de mais de 40% em crimes de ódio informados pelas vítimas, crescimento este observado tanto para os casos com base na raça quanto com a orientação sexual. Segundo a organização Galop⁸, ataques homofóbicos no Reino Unido cresceram 147% desde a aprovação do Brexit em junho de 2016. Outros países europeus também acumularam alta nos índices de crimes de ódio nos últimos anos. A Alemanha registrou um aumento de 77% na violência com base na raça, o maior índice experimentado pelo país desde a Segunda Guerra Mundial. Nesse país, abrigos para asilados foram atacados 1031 vezes em 2015, em contraste com os 199 ataques em 2014 e os 69 em 2013. Na Espanha, foram 534 ataques anti-islâmicos em 2015 contra 48 no ano anterior. Nesse mesmo país, autoridades públicas informaram para 2015 centenas de ataques com base em deficiência, ideologia e orientação sexual (Penzien, 2017). A França, por sua vez, aparece como uma relativa exceção, registrando uma queda de 44,7% de crimes racistas (anticiganos, antisemitas e antimuçulmanos), de 2034 para 1125 entre 2015 e 2016 (Franceinfo, 2017).

Embora o destaque dado para estatísticas referentes ao biênio 2015-2016 possa sugerir se tratar de uma reação política pontual desencadeada pelas disputas eleitorais nas principais

democracias ocidentais, os dados nos revelam que as agressividades fomentadas pelas divisões nos países não são apenas políticas, mas tem sim raízes profundas nas sociedades e em suas histórias. Polarização política e polarização social amparam-se uma à outra, sem que possamos determinar a direção da causalidade.

O debate acerca da imigração, abordado em alguns países pela perspectiva do ingresso de refugiados, é, pelo seu elevado grau de repercussão e contenciosidade, um exemplo ímpar da imbricação entre a cena política e a dinâmica histórico-social. Isso porque é comum que o posicionamento a respeito da imigração – diga-se de passagem, marcadamente polarizado – venha matizado por questões étnico-raciais. Ciganos, por exemplo, são menos bem-vindos do que judeus em quase todos os países⁹.

O discurso anti-imigração veiculado junto às forças políticas e sociais que se situam à direita do espectro político-ideológico mescla a necessidade de combate a ameaças à soberania nacional com a defesa do mito de uma “cultura nacional” (uma forma de vida tradicional e originária) que vem sendo solapada pela presença crescente de imigrantes. As declarações do candidato republicano Donald Trump em 2016 e ao longo de seu mandato, e agora também durante a campanha para as eleições de 2024 (Ibrahim, 2024), reafirmam essa retórica. O recorte racista dessa posição político-ideológica é, portanto, inescamoteável.

Enquanto a ultradireita emergente reivindique a desigualdade naturalizada entre grupos sociais, considerados infinitamente superiores e inferiores, a esquerda progressista, tendencialmente mais receptiva à questão migratória e aos refugiados, reclama a autoafirmação pelo indivíduo de sua identidade cultural. A visão de mundo multiculturalista valoriza a escolha individual independentemente da origem étnico-cultural. A colisão entre ambas as perspectivas repousa no fato de que a identidade escolhida nem sempre coincide com aquela atribuída por outros. Ao insistirem em suas formas particulares de se situarem no mundo, o racismo e o multiculturalismo compartilham uma ontologia da fragmentação social que deveria ser reconhecida pela sociedade e pelo Estado.¹⁰ Como bem sintetizou Michaels (2007, p. 31), “o objetivo de criar uma sociedade que não enxerga cores foi agora reformulado como objetivo de criar uma sociedade diversa, ou seja, consciente das cores (*apud* Przeworski, 2020, p 145).

Ora, a democracia, fundada em valores republicanos, tem padecido com o avanço de ideologias particularistas que fracionam a sociedade em grupos. O universalismo republicano, ao contrário, alicerça-se na ideia de que indivíduos com diferentes autoidentificações, ao ingressarem na esfera pública, alienam suas qualidades e devem ser considerados iguais e indistinguíveis no anonimato de suas cidadanias.¹¹ O abandono dos valores republicanos, profundamente fragilizados pelo elitismo democrático, fortalece e potencializa a polarização política e social.

O efeito prático dessas epistemologias alternativas tem sido um cenário político e social desfavorável ao diálogo e, por consequência, marcado por uma multiplicidade de verdades autorreferenciadas. Em outras palavras, a verdade de um enunciado ou declaração é autenticada pela identidade de quem fala e todas as identidades são igualmente válidas, mas nenhuma identidade é universalmente válida para todos. Vivemos em sociedades que permitem diferenças, porém impedem as divergências. Por serem condicionadas por múltiplas identidades, convicções particulares apresentam raras possibilidades de audiência e convencimento. Trata-se de um mundo da pós-verdade. Aliado a um relativismo absoluto, o fracionamento epistêmico transforma dados, informações e notícias em *fake news*, não havendo critérios nem procedimentos para julgar sua validade ou falsidade.

Tem sido desconcertante os efeitos perversos de uma sociabilidade dilacerada, em que a autonomia se absolutiza como licenciosidade e a defesa de identidades (incomunicáveis), como igualdade. Logo, vínculos sociais e morais se sobrepõem à qualidade da informação. Confrontados em suas convicções por eventuais correções, os sujeitos tendem, paradoxalmente, a fortalecer a crença nas informações falsas. Com efeito, a enxurrada de *fake news* induz os sujeitos a concluir ser impossível saber a verdade, ainda que a mensagem falsa seja improvável, e a persistirem em crenças que sabem ser falsas se acreditarem que são compartilhadas por outros.

Essa escalada do *nacional-populismo*, no limiar do século XXI, sugere que a configuração dos sistemas políticos nacional e internacional tende a ser, em grande medida, pautada pela ação de forças sociais internas aos Estados-nação, favorecendo uma postura autocentrada, uma tendência a um isolacionismo forçado em consonância com demandas sociais e políticas que buscam reafirmar valores tradicionais construídos em torno de uma ideia vaga, porém reconfortante, de nação que aponta para uma identidade estendida daqueles que se consideram aliados pelo capitalismo tardio. A forma democrática, suas práticas e instituições, tem sido constantemente desafiada pela emergência política e social de uma massa disforme, desconfiada e insatisfeita com a configuração e os arranjos de um modelo democrático elitista-pluralista que relegou o instituto da representação política e a possibilidade de mudanças sociais a um formalismo alienante.

3 CONSERVADORISMO NEOLIBERAL E CRÍTICA DO ESTADO SOCIAL

Não por acaso, essa *dissensão* no sistema político democrático vigente ecoa a crítica programática da Nova Direita ao Estado de bem-estar social, sistematizada no prolapado relatório da Comissão Trilateral publicado em 1975¹². Nele, a denúncia dos percalços gerados pelo excesso de democracia culmina em um diagnóstico desalentador para a efetividade da ação do Estado e a

recuperação do crescimento econômico. A adequação do ideário neoconservador ao liberalismo autoritário no capitalismo tardio transfigura-se em uma estratégia dupla de despolitização da sociedade e a desdemocratização da política (Brown, 2019), ambas atuantes ao mesmo tempo como condição e como efeito das contrarreformas neoliberais de privatização, abertura comercial e desregulamentação econômico-financeira (Chamayou, 2020).

A crescente insatisfação das massas populares com as consequências sociais da retração na oferta de serviços públicos e da redução de direitos sociais, somada à compressão das esferas de participação popular nos processos decisórios estatais, tem levado, paradoxalmente, segmentos radicalizados das mesmas forças políticas responsáveis pelo agravamento das condições vida sob o neoliberalismo a se apropriarem dessa rejeição generalizada ao *status quo* e canalizá-la contra o Estado, as instituições democráticas e os direitos remanescentes. Nesse sentido, a possibilidade de *ruptura*, representada nos programas políticos da extrema direita, está contida nas formas da própria dissensão, sendo por isso difícil delinear seus contornos precisos.

O conservadorismo neoliberal aparece, portanto, como a forma política do projeto econômico e social neoliberal, convergindo na necessidade de deslegitimação dos regimes democráticos e dos espaços sociais e mecanismos institucionais de participação popular nas decisões públicas, incluindo dentre eles os próprios sistemas eleitorais. Dessa simbiose teórico-política deriva os fundamentos e direcionamentos da ação e da prática política das atuais experiências de extrema direita no mundo, muitas vezes retomando e adaptando aspectos de experiências autoritárias passadas. Daí falar-se, em certos casos, de movimentos neofascistas.

Desde de seu surgimento nos 1960/1970, as críticas da Nova Direita aos regimes democráticos tiveram grande influência na sociedade civil, transitando no circuito político-partidário e nos meios de comunicação dos países capitalistas desenvolvidos, sobretudo dos Estados Unidos. Além de expressar de forma incisiva as percepções e os anseios sociais de uma situação de crise, tal acolhimento beneficiou-se de uma extensa rede de divulgação e influências capaz de atualizar os mecanismos sociais de direção intelectual e moral das sociedades do norte e sul globais.

Um expressivo grupo integrado por intelectuais, escritores, jornalistas, acadêmicos e políticos profissionais, dentre os quais se destacaram Irving Kristol, Daniel Bell, Samuel Huntington, Nathan Glazer, Norman Podhoretz e Midget Decter, esse “círculo áulico dos teóricos conservadores” (Boron, 2003, p. 160-165), usufruía de amplo acesso aos meios de comunicação de massa como periódicos acadêmicos, revistas populares, rede de jornais, emissoras de rádio e estações de televisão, e suas contribuições teóricas foram acolhidas e propagadas por *think tanks*¹³ poderosos e influentes como a Rand Corporation, o Hudson Institute, o Institute for Contemporary Studies de San Francisco, a Heritage Foundation, o Center for Strategic and International Studies da Universidade de Georgetown, a

Hoover's Intitution on World Revolution an Peace da Universidade de Stanford e, um dos mais importantes, o American Enterprise Institute.

Não somente por dispor de poderosos e influentes aparelhos privados de hegemonia, a eficácia em promover seus ideais nas sociedades ocidentais deveu-se também ao fato de que a corrente de pensamento neoconservador propôs uma defesa do capitalismo monopolista e de seu projeto hegemônico neoliberal em termos concretos e reais, oferecendo uma resposta política à crise geral do capitalismo, alternativa esta que expressava os anseios do grande capital em atenuar os efeitos negativos da conjuntura econômica e política. Logo, o sucesso do ideário neoconservador em constituir as novas bases de hegemonia do capitalismo monopolista residiu na sua articulação e organicidade com os interesses de distintas frações do grande capital, conquistando ideologicamente camadas médias e segmentos populares para os seus diagnósticos e propostas de tratamento da anunciada crise.

Concretamente, o neoconservadorismo expressou-se na cena política estadunidense contrário à ameaça ao *status quo* representada pelas políticas públicas do presidente democrata Lyndon Johnson (1963 – 1969) para a eliminação da pobreza e da desigualdade racial, em resposta às reivindicações dos movimentos pelos direitos civis, às mobilizações contrárias à Guerra do Vietnã e às lutas sociais pela igualdade de gênero e pela implementação de cotas e ações afirmativas. A crescente mobilização estudantil, *Black Power* e feminista, alertou as tendências conservadoras da sociedade para o risco de descontrole social que as demandas igualitaristas poderiam gerar. Ao lado de visões incrédulas sobre a democracia e a mudança social, forjou-se uma aposta reacionária na *política da ameaça* contrária à *política da oportunidade*. Nesse cenário, intelectuais e políticos antes vinculados à direita do Partido Democrata migraram para o Partido Republicano e associaram-se à direita secular e à direita cristã, ressignificando o arranjo de forças sociais e políticas conservadoras nos Estados Unidos. Uma ampla convergência entre agendas internas e externas definiu os contornos desse estreitamento de laços ideológicos: o enaltecimento de valores morais tradicionais tanto pela direita cristã quanto nova direita secular; o combate ao comunismo interno e externo, o apoio irrestrito a Israel e uma política externa voltada ao interesse nacional, tão ao gosto da *intelligentsia* conservadora; e a defesa do *liberismo*, a liberdade econômica isenta de regulação estatal; princípios estes comuns aos integrantes da aliança (Lacerda, 2019, p. 22-23).

Não obstante as condições amplamente favoráveis ao avanço da Nova Direita, um certo desafio programático perdurava, qual seja: conciliar a “existência da moderna corporação monopolista com os princípios da democracia liberal” (Boron, 2003, p. 179). De fato, ao menos até a crise da década de 1970, o compromisso histórico do imaginário político-social estadunidense com o liberalismo clássico havia promovido uma certa convergência, ainda que precária, entre o capitalismo e a

democracia. Mesmo após o intervencionismo promovido pela política do *New Deal* na década de 1930, o discurso político padrão foi hábil o suficiente para sustentar a matriz ideológica originária do capitalismo no país. A explicitação das contradições provocada pela mudança no regime de acumulação de capital ao cabo dos “trinta anos gloriosos”¹⁴ levaria, contudo, a uma inevitável crise de legitimidade do ideário liberal clássico e das instituições nele respaldadas.

Enquanto as duas primeiras décadas pós-Segunda Guerra apresentaram as condições objetivas para o florescimento de análises alvissareiras que expressavam o otimismo do desfrute de uma sociedade afluenta calcada no consumo, amparada em um amplo consenso a respeito dos meios e estratégias políticas para alcançá-la e mantê-la, já na segunda metade da década de 1960 a situação seria outra. Os desafios impostos pela crise econômica mundial à capacidade fiscal dos Estados de sustentar padrões ascendentes de mobilidade social desencadeariam ondas de mobilizações sociais e pressões políticas sobre os rumos a seguir.

Seria nesse cenário de conflitos sociais e políticos que viria a despontar o debate a respeito da crise do liberalismo, da disfuncionalidade da democracia representativa, da ineficácia do planejamento a longo prazo da economia capitalista e da falência fiscal do Estado ao tentar redistribuir socialmente os frutos do crescimento econômico. Percebendo a gravidade da crise econômica e política em gestação, a frente política da chamada Nova Direita apressou-se em diagnosticá-la como uma crise moral, cuja superação passaria necessariamente, além do processo de desdemocratização da política e privatização do aparelho estatal, pela recuperação e valorização de núcleos tradicionais de socialização: a família, a igreja e a escola.

Na realidade, a difícil conciliação entre os ideais do liberalismo clássico e as novas formas monopolísticas da economia e da política mundiais, a obstaculizar a conquista de sua legitimidade, exigiu da Nova Direita a iniciativa de tentar promovê-las a partir da reabilitação das dimensões morais da vida social. A família, a escola e a igreja, espaços privados de sociabilidade, são alçadas ao primeiro plano em proporção inversa à compressão da esfera pública e à retração da cobertura dos serviços estatais e do sistema de seguridade social (Cooper, 2017; Brown, 2019, p. 22).

Essa ênfase moral da proposta de regeneração da vida social pretendia, efetivamente, uma rearticulação entre as transformações da base material e cultural e um liberalismo ressignificado, vale dizer: “[...] uma nova fórmula que [conciliasse] a perplexa existência da moderna corporação monopolista com os princípios da democracia liberal [...]” (Boron, 2003, p. 179), capaz de oferecer aos interesses do grande capital estadunidense uma legitimidade um tanto relutante em uma sociedade ciosa de um liberalismo originário.

Daí, portanto, as justificadas suspeitas sobre o “novo” liberalismo que, não raro, parece contrariar seus pressupostos clássicos, dentre eles, a preeminência da sociedade civil sobre o Estado,

da esfera privada sobre a esfera pública. Entretanto, o neoliberalismo reivindica, ainda que dissimuladamente, uma reaproximação entre as duas esferas, diluindo suas diferenças ao reconhecer o poder público como ente privado, dotado de uma racionalidade empresarial também já impregnada na individualidade do sujeito social (Dardot; Laval, 2016). Do Estado restaria, apenas, um poder policial-repressivo, encarregado da lei e da ordem (Chamayou, 2020).

O neoliberalismo busca, portanto, fazer “das relações econômicas internas ao jogo do mercado o fundamento de ‘toda a sociedade’”; pretende que as “regras jurídicas se [identifiquem] com as regras do direito privado e penal (em especial as do direito comercial), que são oriundas de um processo inconsciente de seleção”; em outros termos, “[...] o Estado deve aplicar a si mesmo as regras do direito privado”, reconhecendo igual a qualquer pessoa privada, e também impor “[...] em sua própria atividade legislativa, a promulgação de leis fiéis à lógica desse mesmo direito privado” (Dardot; Laval, 2016, p. 181-182).

Distinto do que comumente se afirma, o neoliberalismo não se limita a reafirmar os ideais do liberalismo clássico, mas, ao contrário, encontra nas concepções e análises do neoconservadorismo (sua forma política) as estratégias pelas quais visa compatibilizar-se com os interesses monopolistas na atual fase do capitalismo mundial. Ademais, não se confunde com um projeto exclusivamente econômico, encontrando na reabilitação da moralidade tradicional as disposições pelas quais busca despolitizar a vida social ao enfraquecer a legitimidade das provisões igualitaristas e antidiscriminatórias em favor dos valores individuais. Moralidade e mercado se articulam, portanto, na efetivação de um projeto político-moral totalizante (Dardot; Laval, 2016; Brown, 2019; Chamayou, 2020).

4 AS BASES SOCIOCULTURAIS DA OFENSIVA POLÍTICA DA EXTREMA DIREITA

Do desmantelando da perspectiva democrática de organização da vida social, ao destronamento da política (e do Estado) como expressão dos interesses coletivos, vazios estes ocupados pela “ampliação do alcance da “esfera pessoal e protegida”” (Brown, 2019, p. 132) – zona de convergência entre o tradicionalismo moral e o mercado desregulado –, o liberalismo antidemocrático cada vez mais sediado pela extrema direita insiste em seu diagnóstico à medida que elege como alvo de sua ofensiva os supostos representantes daquilo que abomina.

Na base dessa interpretação repousa a constatação de uma crise política sistêmica que desola o mundo ocidental, expressando-se em uma ampla rejeição social aos regimes democráticos e a seus dirigentes políticos, da qual deriva uma época de instabilidade generalizada e conflitos políticos crônicos que ameaçam solapar a herança civilizatória liberal. Como resultado, tem-se uma crise

orgânica de autoridade que aflige paulatinamente a viabilidade da ordem social, a exigir em contrapartida uma resposta enérgica de restabelecimento desse legado civilizacional.

De modo alternativo às teorias da crise de legitimidade do Estado¹⁵, cujas causas encontram-se nos limites e nas deficiências inerentes às condições de reprodução do capitalismo, o conservadorismo neoliberal remete a crise política sistêmica a um problema de caráter essencialmente *moral e cultural*, decorrente do rompimento de um consenso ético-político originário voltado à construção de uma sociabilidade estável. Em outras palavras, o enfraquecimento do núcleo ideológico das sociedades ocidentais se deveu a um deliberado processo de secularização do patrimônio cultural, da moralidade e dos costumes tradicionais, em que o niilismo corrente e a crítica irresponsável seriam, com efeito, o seu legado. Trata-se, portanto, de atribuir a uma cultura adversária, subversiva e opositora de valores, crenças e práticas tradicionais a responsabilidade pelo comprometimento do equilíbrio psicocultural das massas populares. Em tom debochado, esclarece Boron (2003, p. 168):

[...] trata-se de intelectuais, vinculados todos à “indústria do conhecimento” e ao complexo “universidade-governo-meios de comunicação”, de atitudes e valores liberais e secularizados, economicamente prósperos, indiferentes ou abertamente hostis às instituições tais como a família tradicional e a religião, possuidores de estudos de pós-graduação e de poder cultural, verdadeiros niilistas, cuja bagagem ideológica é intrinsecamente antagônica aos da grande massa da população [...].

Os herdeiros prováveis do desencantamento moral e do secularismo moderno que constituem a base social da cultura adversária estariam, segundo a *intelligensia* conservadora neoliberal, acomodados nas universidades públicas e nos grandes meios de comunicação, além de se valerem da expansão da burocracia civil estatal para inserirem silenciosamente tendências socializantes na economia de mercado.

O colapso da deferência (o respeito à autoridade e ao status quo), efeito da universalização de políticas sociais pela ação do Estado democrático liberal, além de desestimular a iniciativa e a responsabilidade privadas, difunde concepções igualitaristas que intensificam as pressões sociais sobre os governos para que atendam a interesses e ambições corporativas. A sobrecarga do Estado resultante do crescimento das demandas sociais – um excesso de democracia – levaria a sua paralisia fiscal deslegitimando-o perante as crescentes reivindicações sociais. Daí a necessidade, avaliam seus críticos, de uma liderança política firme e decidida, menos sensível às pressões populares e demandas corporativas, capaz de romper o círculo vicioso dessa dinâmica política destrutiva.

Em grande medida, a abordagem toquevilleana do liberalismo clássico no século XIX já acusava a propensão igualitarista estimulada pelas liberdades democráticas como uma ameaça ao sistema político e às instituições (Renaut, 2004, p. 25-38). Somente com a neutralização das

influências dissolventes praticadas por oposições políticas demagógicas e intelectuais niilistas é que a moderação política das camadas populares seria restabelecida. A conservação do regime e das instituições democráticas decorreria, enfim, da desmobilização e apatia políticas.

Esse diagnóstico da Nova Direita de meados da década de 1970 seria paulatinamente intensificado com o advento da ofensiva neoliberal, caracterizada por um amplo processo de privatização, de revogação de direitos sociais e desdemocratização do Estado. Minados os espaços coletivos de mobilizações e decisões democráticas, tanto na esfera social como estatal, a identificação da crise sistêmica como sendo de caráter cultural e moral encontra na racionalidade neoliberal a face complementar que permite, juntas, proporem soluções de âmbito individual e mercantil. A partir de uma certa disposição psicocultural, as rédeas das contrarreformas neoliberais seriam melhor manipuladas com a concentração do poder político em lideranças de pendor autoritário, inclinadas a promover a liberdade de mercado e o tradicionalismo moral contra as imposições e regulações igualitaristas, seculares e niilistas da cultura adversária nos sistemas democráticos.

O enfrentamento dessa imagem de crise sistêmica passaria, em primeiro lugar, pela regeneração da autoridade e proteção ao governo. Isso significa restabelecer a racionalidade e a eficácia da ação governamental, cuja autoridade é condição para o exercício da liberdade moral e mercantil. Busca-se, favorecendo as relações de mercado, regular e limitar as demandas sociais que deveriam ser atendidas pelo Estado, cuja função torna-se exclusivamente assegurar a ordem dentro da qual tais relações possam vicejar.

Embora a ofensiva do conservadorismo neoliberal vise uma redução drástica dos compromissos fiscais do Estado com as políticas e direitos sociais, isso não representa um encolhimento do Estado nem mesmo uma extirpação do Estado social *tout court*. Exprime, antes, uma proposta de racionalização interna, conservando programas e agências governamentais comprovadamente eficazes na tarefa de controlar ou neutralizar possíveis pressões desestabilizadoras. Trata-se efetivamente de uma reconfiguração da relação entre o Estado e a sociedade civil, em que políticas assistenciais são avaliadas conforme sua repercussão política, vale dizer, não cabe à ação pública promover iniciativas de amplo espectro, mas tão somente aquelas que visem atender a demandas urgentes (tal como a sindemia da Covid), ou mobilizar certa clientela social (a exemplo das políticas para famílias de baixa renda), ou ainda conter supostas influências da cultura adversária sobre a sociedade (vide reformas do ensino básico e, no caso brasileiro, a implantação de escolas cívico-militares).

Além de visar desobstruir a esfera do mercado de restrições criadas por regulamentações indevidas, desequilibrando a alegada dinâmica de alocação de recursos escassos e afetando as liberdades individuais, essa engenharia social neoliberal pretende resguardar a autoridade

governamental distribuindo, entre os entes federativos, as pressões e reivindicações sociais bem como a responsabilidade por eventuais fracassos.

Em segundo lugar, a ofensiva conservadora neoliberal volta-se diretamente contra a cultura adversária e seus ideólogos. A esses reserva uma guerra sem tréguas, assentada no confronto a qualquer expressão de pensamento crítico evidenciada por marcas de secularismo e cientificismo. A defesa de valores universais como justiça social e direitos humanos, a crítica à desigualdade social e à pobreza crônicas, as denúncias contra as falhas e o excesso de violência racializada na segurança pública, as exigências de punição para os recorrentes crimes ambientais, dentre outros, são todos indiscriminadamente tachados de antipatrióticos; a luta por direitos sociais básicos, como renda, moradia e alimentação dignas, enfim por programas sociais, todos são execrados como socialistas; sem falar de teorias conspiratórias que povoam o imaginário persecutório de parte significativa de apoiadores da extrema direita.

Às massas populares, o conservadorismo neoliberal propugna, em terceiro lugar, a realização de ações que busquem reverter suas expectativas sobre direitos sociais e participação política ativa. Ao lado da difusão de uma racionalidade contábil estimulada pela cantilena das virtudes da liberdade de mercado, acalenta-se a possibilidade de restituição da ordem e da harmonia sociais por meio da retomada e da prática de valores tradicionais ligados ao “familismo hetero-patriarcal cristão” (Brown, 2019, p. 140), os quais partilham com o mercado uma mesma ontologia, a saber, moralidade e mercado são expressões de uma evolução espontânea da liberdade humana, à margem de qualquer forma de regulação coletiva e de racionalidade. Conforme Lacerda (2019, p. 58):

A peculiaridade do ideário neoconservador reside no foco que tem em relação a questões sexuais e reprodutivas. A defesa da família tradicional e dos valores religiosos oferece laços sociais sólidos que visam compensar a falta de solidariedade deixada pelas políticas neoliberais. O fortalecimento da família e dos papéis tradicionais de gênero seria necessário, também, para que as pessoas não dependessem de políticas públicas.

Um último ponto da estratégia conservadora neoliberal, diretamente afeto à extrema direita, diz respeito ao fortalecimento da nacionalidade por meio de um sentimento patriótico calcado na branquitude, na masculinidade e no tradicionalismo, bases de lealdade e disciplina necessárias ao enfrentamento da cultura adversária. Os slogans de campanha de líderes da direita radicalizada falam por si só: “Make American great again” (Donald Trump), “A França para os franceses” (Marine Le Pen e a Frente Nacional), “Take back control” (Brexit), “Nossa cultura, nosso lar, nossa Alemanha” (Alternativa para a Alemanha), “Polônia pura, Polônia branca” (Partido Polonês da Lei e da Justiça) e, *last but not least*, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” (Jair Bolsonaro), uma versão ampliada do lema “Deus, pátria, família” do movimento fascista Ação Integralista Brasileira (AIB), cunhado da década de 1930. Nem mesmo o fato de estarem submetidos a leis e instituições democráticas impede

que os representantes políticos das forças de extrema-direita adotem posições francamente contenciosas, a despeito de seus discursos infundados e da existência (ainda) de retaguardas legais-institucionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ascensão da extrema direita na política mundial, durante as primeiras décadas do século XXI, não deve ser vista como um assalto de forças externas aos sistemas democráticos existentes. As condições que a favorecem estão inscritas tanto no arranjo elitista que configurou os regimes democráticos no século XX, forma política do capitalismo global a suscitar as quatro mudanças sócio-históricas de que falaram Eatwell e Goodwin (2020), quanto na crítica sistemática que as democracias parlamentares têm provocado por parte do movimento político-intelectual neoconservador desde os anos de 1970.

A crise do modelo elitista-pluralista, cujos traços mais visíveis são a polarização político-social, a fragmentação das identidades sociais e a tendência à pós-verdade, abre espaços plenos de possibilidades de aproveitamento às formas da extrema direita, ainda que com seus laivos autoritários tenham buscado, até o momento, o ajustamento a si de um status quo persistente. Daí, portanto, os oximoros “democracia sem direitos” (iliberais) ou “direitos sem democracia” (liberalismo autoritário).

A ofensiva contra as conquistas humano-civilizatórias da modernidade, ao mesmo tempo causa e efeito da despolitização do social e da desdemocratização do político, embora tenha adotado uma estratégia incremental, a micropolítica, pela qual as microescolhas individuais produzem involuntariamente uma ordem social indigesta (Chamayou, 2020, p. 370), a utilização de meios explicitamente violentos não está descartada. A regeneração da autoridade e sua deferência, a construção de um Estado policialesco, a cruzada contra a cultura adversária entrincheirada nas organizações culturais e instituições de ensino constituem os objetivos que promovem a síntese neoliberal entre a moralidade e do mercado.

As sociedades e os Estados democráticos ocidentais, enquanto configurações políticas de uma sociabilidade agonística, enfrentam nesse início de século suas próprias contradições e deverão dar respostas compatíveis com a magnitude das transformações globais, regionais e locais em curso.

REFERÊNCIAS

ACHERBACH, Joel; CLEMENT, Scott. America Really is More Divided than Ever. **Washington Post**, 16 jul. 2016. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/national/america-really-is-more-divided-than-ever/2016/07/17/fbfebee6-49d8-11e6-90a8-fb84201e0645_story.html. Acesso em: 12 jan. 2024.

BORON, Atílio A. O neoconservadorismo norte-americano e a crise da tradição liberal. *In*: _____. **Filosofia política marxista**. São Paulo: Cortez; Buenos Aires: CLACSO, 2003. p.151-188.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. 1 ed. São Paulo: Ed. Filosófica Politeia, 2019.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura**: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

COOPER, Melinda. All in the Family Debt: How Neoliberals and Conservatives Came Together to Undo the Welfare State. **Boston Review**, 3 maio 2017. Disponível em: <https://www.bostonreview.net/articles/melinda-cooper-all-family-debt/>. Acesso em: 16 out. 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew. **Nacional-populismo**: a revolta contra a democracia liberal. Rio de Janeiro: Record, 2020.

FINCHELSTEIN, Frederico. **Do fascismo ao populismo na história**. São Paulo: Almedina, 2019.

FRANCEINFO. En 2016, les actes racistes, antisémites et antimusulmans ont baissé en France, mais pas les actes antichrétiens. 2 fev. 2017. Disponível em: www.francetvinfo.fr/societe/religion/en-2016-les-actes-racistes-antisemites-et-antimusulmans-ont-baisse-en-france-mais-pas-les-actes-antichretiens_2044983.html. Acesso em: 7 jan. 2024.

GONZALEZ-BARRERA, Ana. More Mexicans Leaving the Coming to the U.S. **Pew Research Center**. 19 nov. 2015. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/hispanic/2015/11/19/more-mexicans-leaving-than-coming-to-the-u-s/>.

HAIDER, Assad. **Armadilha da identidade**: raça e classe nos dias de hoje. São Paulo: Veneta, 2019.

HELD, David. **Modelos de Democracia**. 3 ed. 4 reimpr. Madrid: Alianza Editorial, 2015.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBRAHIM, Ahmed M. S. [et. al.]. Migrações internacionais, discursos de ódio, racismo e xenofobia nos discursos da extrema direita em campanhas eleitorais. **BRASIL DE FATO**, 24 de Abril de 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/04/29/migracoes-internacionais-discursos-de-odio-racismo-e-xenofobia-nos-discursos-da-extrema-direita-em-campanhas-eleitorais>. Acesso em: 24 out. 2024.

LACERDA, Marina B. **O novo conservadorismo brasileiro**: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre, RS: Zouk, 2019.

MACPHERSON, Crawford B. **A democracia liberal**: origens e evolução. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MEDINA, Lucia. Partisan supply and voters positioning on the left-right scale in Europe. **Party Politics**, v. 21, pp. 775-790, 2015.

MICHAELS, Walter Benn. **The trouble with diversity**: how we learned to love identity and ignore inequality. New York: Henry Holt and Co., 2007.

MIGUEL, Luis Felipe. A accountability eleitoral e seus limites. *In*: _____. **Democracia e representação**: territórios em disputa. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p.171-2021.

MORAES, Reginaldo C. A organização das células neoconservadoras de agitprop: o fator subjetivo da contrarrevolução. *In*: CRUZ, Sebastião Velasco e, KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.). **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 232-246.

MORAL, Mert; BEST, Roben E. On the reciprocal relationship between party polarization and citizen polarization. **Midwest Political Science Association**, Chicago, 2018.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NBC. U.S. Hate Crimes up 20 Percent in 2016, Fueled by Election Campaign: Report. 14 mar. 2017. Disponível em: www.nbcnews.com/news/us-news/u-s-hate-crimes-20-percent-2016-fueled-election-campaign-n733306. Acesso: 7 jan. 2024.

PENZIEN, Ericha. Xenophobic and Racist Hate Crimes Surge in the European Union. **Human Rights Brief**, 28 fev. 2017. Disponível em: <http://hrbrief.org/2017/02/xenophobic-racist-hatecrimes-surge-european-union/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

RENAUT, Alan. **O indivíduo**: reflexão acerca da filosofia do sujeito. 2ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 2004. SPLC. Update: 1,094 Bias-related Incidents in the Month Following the Election. 16 dez. 2016. Disponível em: www.splcenter.org/hate-watch/2016/12/16/update-1094-bias-related-incidents-months-following-election. Acesso em: 10 jan. 2024.

TEITELBAUM, Benjamin R. **Guerra pela eternidade**: o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

TWONSEND, Mark. Homophobic attacks in UK rose 147% in three months after Brexit vote. **The Guardian**. 8 oct. 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/society/2016/oct/08/homophobic-attacks-double-after-brexit-vote>. Acesso em: 10 set. 2024.

TORMEY, Simon. **Populismo**: uma breve introdução. São Paulo: Cultrix, 2019.

TOSTES, Ana Paula B. Identidades Transnacionais e o Estado: viço ou teimosia? **Lua Nova**, São Paulo, n. 63, p. 39-66, 2004.

WOLFF, Francis. **Em defesa do universal**: para fundar o humanismo. São Paulo, Unesp, 2021.

Notas

¹ Em acordo com Held (2015, p. 289), a Nova Direita é sinônimo ou de neoliberalismo ou de neoconservadorismo, como algumas vezes é chamada. Em geral está comprometida com a ideia de que tanto a vida política como a vida econômica devem ser orientadas pela liberdade e iniciativas individuais. Sociedade de livre mercado e Estado “mínimo” são seus objetivos centrais. Seu programa político também inclui: a extensão do mercado a todas as esferas da vida humana; um Estado descomprometido com a provisão de oportunidades sociais; a restrição da capacidade de influência de organizações sociais; e a formação de governo forte que imponha a lei e a ordem.

² Processo de retirada da Grã-Bretanha da União Europeia.

³ O cosmopolitismo tem sido alvo frequente das críticas da extrema-direita mundial, contrapondo-o a uma perspectiva tradicionalista. Ver, por exemplo, Benjamin R. Teitelbaum (2020).

⁴ Sobre o debate, clássico nas relações internacionais, entre o Globalismo e o Realismo, ver Tostes (2004).

⁵ Veja-se, por exemplo, o capítulo 4 (p. 96-143) do livro de Castells (2018), a respeito do movimento 15-M na Espanha.

⁶ Em inglês: *distrust* [desconfiança], *destruction* [destruição], *deprivation* [privação] e *de-alignment* [desalinhamento].

⁷ Os dados estatísticos que se seguem foram apresentados por Adam Przeworski (2020, p. 147-149).

⁸ Organização dedicada ao monitorando da violência contra a comunidade LGTBs, sediada em Londres (galop.org.uk). Ver Townsend (2016).

⁹ Ver Figuras 5.11 e 5.12 (Przeworski, 2020, p. 143-144).

¹⁰ Ver, a propósito, a análise realizada por Haider (2019).

¹¹ Sobre o universalismo, conferir Wolff (2021).

¹² O diagnóstico contido no Relatório da Comissão Trilateral está esmiuçado em Held (2015, p. 276-279) e Chamayou (2020, p. 307-320).

¹³ Organizações constituídas para o debate e promoção de ideias, nesse caso, do movimento conservador. Ver, a propósito, Moraes (2015, p. 231-246).

¹⁴ Refere-se aos trinta anos que se seguiram ao término da Segunda Guerra Mundial, marcado pela adoção de políticas econômicas keynesianas que sustentam altas taxas de crescimento econômico, acesso a serviços públicos e direitos sociais e um amplo consenso político-ideológico. Ver, a respeito, HOBBSAWM (1995).

¹⁵ Dentre seus elaboradores, destacam-se Jürgen Habermas e Claus Offe. Para uma síntese dessa leitura à esquerda da crise dos anos 1970, ver Held (2015, p. 279-283).